



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

PAUTA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 27 DE SETEMBRO DE 2017

MENSAGEM

01- PROJETO DE LEI 556/2017 – MENSAGEM 63/17

****REGIME DE URGENCIA****

Autor: Poder Executivo

Autoriza o Poder Executivo a celebrar termos aditivos aos contratos firmados com a União com base na Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997 e na Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, para adoção das condições estabelecidas pelas Leis Complementares Federais nº 148, de 25 de novembro de 2014 e 156, de 28 de dezembro de 2016.

RELATOR: DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI – Parecer Favorável em 26.09

→ **SITUAÇÃO: 26/09/2017- Concedido Vista ao Dep. Péricles de Mello**

****NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997. Súmula: Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001. Súmula: Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.

Lei Complementar Federal nº 148, de 25 de novembro de 2014. Súmula: Altera a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; dispõe sobre critérios de indexação dos contratos de refinanciamento da dívida celebrados entre a União, Estados, o Distrito Federal e Municípios; e dá outras providências.

Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016. Súmula: Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar no 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei no 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória no 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993, e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.